APROVO.

Digitally signed by Maria João Paula Lourenço
DN: c=PT, o=Secretaria-Geral do Minist Trab Solidariedade e Seg Social, cn=Maria João Paula Lourenço
Date: 2022.07.27 14:50:22 +01'00'

PROCEDIMENTO 22/SGMTSSS/POISE/2022

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À MONITORIZAÇÃO NÃO FINANCEIRA E À AVALIAÇÃO E DE PERITO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PARA O PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO (PO ISE)

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I	**4**
CLÁUSULAS JURÍDICAS	**4**
CLÁUSULA 1.ª	**4**
OBJETO DO CONTRATO	**4**
CLÁUSULA 2.ª	**4**
CONTRATO	**4**
CLÁUSULA 3.ª	**5**
PREÇO BASE	**5**
CLÁUSULA 4.ª	**6**
PREÇO CONTRATUAL	**6**
CLÁUSULA 5.ª	**6**
CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO	**6**
CLÁUSULA 6.ª	**7**
CAUÇÃO	**7**
CLÁUSULA 7.ª	**7**
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	**7**
CLÁUSULA 8.ª	**7**
GESTOR DO CONTRATO	**7**
CLÁUSULA 9.ª	**7**
OBRIGAÇÃO DE SIGILO	**7**
CLÁUSULA 10.ª	**8**
CLÁUSULA ARBITRAL E FORO COMPETENTE	**8**
CLÁUSULA 11.ª	**9**
COMUNICAÇÕES NOTIFICAÇÕES	**9**
CLÁUSULA 12.ª	**9**
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	**9**
CLÁUSULA 13.ª	**9**
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	**9**
PARTE II	**10**
CLÁUSULAS TÉCNICAS	**10**

CLÁUSULA 14.ª 10
DESCRIÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO E DO CONTRATO 10
CLÁUSULA 15.ª 13
REQUISITOS MÍNIMOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 13
CLÁUSULA 16.ª 14
ACEITAÇÃO DE RESULTADOS 14
CLÁUSULA 17.ª 14
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 14
CLÁUSULA 18.ª 15
MODO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 15
CLÁUSULA 19.ª 16
MORA DO ADJUDICATÁRIO 16
CLÁUSULA 20.ª 16
PENALIDADES CONTRATUAIS 16
CLÁUSULA 21.ª 17
RESOLUÇÃO CONTRATUAL 17
CLÁUSULA 22.ª 19
EFEITOS DA RESOLUÇÃO 19
CLÁUSULA 23.ª 19
FORÇA MAIOR 19
CLÁUSULA 24.ª 20
DESPESAS 20
CLÁUSULA 25ª 20
ALTERAÇÕES AO CONTRATO 20

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas aplicáveis à relação jurídica a estabelecer entre a Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária, na sequência do presente concurso público que tem por objeto a Aquisição de Serviços de Assistência à Monitorização Não Financeira e à Avaliação e de Perito de Monitorização e Avaliação para o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. A adjudicação é formalizada com a notificação da decisão de adjudicação obrigando-se a Entidade Adjudicatária a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, dentro do prazo referido na respetiva notificação de adjudicação.
2. O contrato será celebrado por escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta do contrato pela Entidade Adjudicatária.
3. Fazem parte do presente contrato:
   a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O presente caderno de encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de 95.000€ ao qual será acrescido o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.
2. Para cada um dos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência, são aqui fixados os parâmetros base a que as propostas estão vinculadas, para além do preço base identificado no número um, determinando-se, consequentemente, a exclusão de todas aquelas cujos atributos os ultrapassem, sendo eles:

a. ● Preço hora do Analista

   Limite máximo por hora: 25,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

b. ● Preço unitário do Consultor Perito

   Limite máximo por hora: 35,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3. Para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, os limites máximos a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a sua exclusão cujos termos ou condições os ultrapassem:

a. ● Prazo de envio do relatório de atividades:

   Limite máximo - 10 dias úteis

4. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O preço base foi estabelecido tendo por referência anterior contrato com idêntico objeto.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente as despesas com deslocações, alojamento e alimentação, meios humanos, técnicos e equipamentos afetos à prestação dos serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Atendendo à imprevisibilidade das horas efetivamente necessárias, a entidade adjudicante só suportará as despesas das horas efetivamente realizadas, independentemente de serem inferiores ao preço contratual.

Cláusula 5.ª

Condições e prazos de pagamento

1. A Entidade Adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento da prestação dos serviços objeto do contrato.

2. As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3. As faturas são liquidadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção e desde que verificados os pressupostos necessários para o efeito.

4. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da fatura por parte da Autoridade de Gestão do PO ISE (AG PO ISE).

5. As faturas deverão ser pagas **mensalmente,** em função da folha de horas, em conformidade com o relatório de atividades previsto no n.º 7 da cláusula 14.ª do caderno de encargos.

6. As faturas deverão ser emitidas em nome da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), com o NIF 600081966 e remetidas apenas por via eletrónica, para o seguinte endereço: gestao.institucional@poise.portugal2020.pt mencionando o número de compromisso indicado no contrato.

7. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN a indicar pelo cocontratante.

9. O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da entidade adjudicante.

10. Nas condições de pagamento a apresentar pela Entidade Adjudicatária não podem ser propostos quaisquer adiantamentos.

11. Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual.

Cláusula 6.ª

Caução

1. Não é exigível a prestação de caução, uma vez que o preço contratual é inferior a 500.000,00€, conforme previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª

Prazo de vigência do contrato

O contrato tem a duração de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, sem prejuízo do cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 8.ª

Gestor do Contrato

1. A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290.º-A do CCP, aquando da aprovação da minuta do contrato.
2. O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290-Aº do CCP.

Cláusula 9.ª

Obrigação de sigilo

1. A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ou detida pela Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, no âmbito dos serviços prestados, quer no que respeita ao PO ISE como das entidades titulares de candidaturas apoiadas, nos termos legalmente previstos, designadamente na Lei n º 67/98, de 26 de Outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, relativa à proteção de dados pessoais.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a Entidade Adjudicatária seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Em especial, a Entidade Adjudicatária obriga-se:

a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela Entidade Adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades;

b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a Entidade Adjudicante considere como de acesso privilegiado.

5. De igual forma, a Entidade Adjudicatária garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.

Cláusula 10.ª

Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato de valor igual ou inferior a € 3.740.948,23 (três milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos), será submetido à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa, nos termos do disposto na Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro.

2. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato cujo valor seja superior a € 3.740.948,23.

Cláusula 11.ª

Comunicações notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas para o domicílio contratual de cada uma.

2. A Entidade Adjudicatária ou o seu representante devem informar a Entidade Adjudicante, por escrito, de qualquer mudança no respetivo domicílio contratual.

3. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.

4. A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

Cláusula 12.ª

Cessão da posição contratual

A entidade adjudicatária não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da entidade adjudicante

Cláusula 13.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 14.ª

Descrição técnica da solução e do contrato

1. A prestação de serviços tem por objeto a aquisição de serviços para as seguintes componentes:

   a) Assistência à Coordenação da UFME na resposta a solicitações externas em matéria de monitorização não financeira (Componente 1).

   b) Desenvolvimento de um Guia para a Elaboração de Indicadores (Componente 2).

   c) Assistência à Coordenação da UFME na resposta a solicitações externas em matéria de avaliação e serviços de Gestão de Projeto (Componente 3).

2. A carga horária prevista por perfil é de:

   a) Analista – 2.280h;

   b) Consultor Perito – 600h;

3. Para efeitos do disposto nas alíneas a) do número anterior (componentes 1), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de serviços de assistência técnica à monitorização não financeira e à avaliação, designadamente:

   a) Análise das solicitações;

   b) Emissão de pareceres;

   c) Produção de publicações e

   d) Gestão da troca de informações (mailing, reuniões).

4. O produto referido nas alíneas b) do número anterior deve ter componentes que assegurem a sua adequação às necessidades do PO ISE, devidamente enumeradas nas propostas a apresentar.

5. Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 da presente cláusula (Componente 3), são obrigações da Entidade Adjudicatária a prestação de Serviços de Gestão de Projeto, designadamente:

a) Aprovar e gerir o cronograma geral do projeto, verificando se tem todos os recursos disponíveis para concluir o projeto com qualidade no prazo previsto;
b) Prever e gerir os principais problemas e conflitos;
c) Gerir o âmbito do projeto, garantindo junto da entidade adjudicante que este está a ser realizado e será entregue da forma que foi aprovado;
d) Divulgar de forma transparente todas as informações do projeto que sejam requeridas pela entidade adjudicante;
e) Prever e gerir os principais riscos do projeto;
f) Desenvolver e implementar métricas para o acompanhamento e avaliação da execução do projeto;
g) Assegurar a qualidade e a excelência na hora da entrega do projeto.

6. Até ao 10.º dia de cada mês (ou dia útil imediatamente seguinte), deve ser enviado ao PO ISE um relatório de atividades com os seguintes elementos relativos às duas componentes identificadas nos números anteriores:

a) Período a que se refere o Relatório de atividades;
b) Perfil do consultor;
c) Nome do consultor;
d) Atividade desenvolvida;
e) Identificação das horas consumidas por tarefa;
f) Indicação das Horas totais consumidas com gestão de conta corrente;
g) Data do relatório.

7. Os serviços descritos na presente cláusula, devem ser prestados nos dias úteis no âmbito do período de funcionamento, das 09.00H às 18:00H, até um número máximo de 2.880 horas na totalidade da prestação de serviço.

8. As relações de trabalho que se estabeleçam entre os técnicos afetos à prestação de serviços e a Entidade Adjudicatária são reguladas pelo Código de Trabalho, ou outra legalmente aplicável (prestação de serviços).

Cláusula 15.ª

Requisitos mínimos da prestação de serviço

1. Para efeitos do disposto na cláusula anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se, ainda, a cumprir os seguintes requisitos mínimos:

a) Para efeitos da componente 1, afetar um recurso com perfil de Analista, com pelo menos 1 ano de experiência profissional em monitorização e avaliação e com formação superior relacionada.

b) Para efeitos da componente 3, afetar um recurso com perfil de Consultor Perito, com pelo menos 4 anos de experiência profissional em monitorização e avaliação na área dos fundos comunitários e em gestão de projetos.

2. Qualquer alteração da equipa inicialmente afetos à prestação de serviço deverá ser comunicada com uma antecedência mínima de 30 dias, estando condicionada à anuência expressa da entidade adjudicante em função do cumprimento dos requisitos mínimos previstos na presente cláusula, salvo quando solicitada pela Autoridade de Gestão do PO ISE.

3. A Entidade Adjudicatária obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que objetivamente possa perturbar a execução do contrato.

4. A Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de quaisquer obrigações contratuais.

5. Em tudo o que o Caderno de Encargos e os elementos que dele fazem parte integrante não regularem, a Entidade Adjudicatária, na execução dos trabalhos contratados, sujeitar-se-á aos procedimentos internos definidos pelo PO ISE, orientações do PO ISE, legislação, regulamentação e normalização portuguesa e comunitária em vigor.

6. A título acessório, a Entidade Adjudicatária fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer, à sua responsabilidade, a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 16.ª

Aceitação de Resultados

No caso de verificação da conformidade da prestação de serviços, no final do prazo de vigência contratual, deve ser emitida uma Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PO ISE.

Cláusula 17.ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato será constituído um grupo permanente de monitorização, composto por dois elementos do PO ISE, cabendo a um desses elementos a coordenação do grupo, pelo Gestor do Contrato e pelo Gestor do projeto enquanto representante da Entidade Adjudicatária.
2. A qualquer momento podem ser efetuadas reuniões entre a equipa da entidade adjudicatária e o grupo de monitorização da execução do contrato, sem prejuízo de eventual periodicidade prevista no n.º 6 da cláusula 18.º.
3. O elemento do PO ISE que venha a ser designado como coordenador do grupo de acompanhamento garante toda a interlocução com as equipas da entidade adjudicatária, podendo para tal desencadear, entre outras iniciativas, reuniões de monitorização e ações de verificação da qualidade dos serviços prestados incluindo acompanhamento concomitante.
4. O PO ISE pode aceder, a todo o momento, a qualquer documento considerado relevante para o acompanhamento dos trabalhos, bem como proceder à reprodução de todos os documentos que julgue necessários, salvo disposição legal em contrário.
5. Todos os documentos técnicos produzidos no âmbito da prestação de serviços estão sujeitos à apreciação e aprovação da Autoridade de Gestão do PO ISE.

Cláusula 18.ª

Modo e local de Execução dos Serviços

1. O início dos trabalhos é precedido de uma reunião de arranque na sequência da qual são precisados com maior detalhe a monitorização dos mesmos e os referenciais técnicos que devem ser seguidos.
2. Para efeitos da componente 1, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO ISE, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa, ou outro local a acordar pelas partes, sendo fornecidos pela Entidade Adjudicatária todos os meios informáticos necessários à execução do contrato.

3. Para efeitos da componente 2, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO ISE, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa, ou outro a acordar pelas partes, sendo fornecidos pelo PO ISE e pela Entidade Adjudicatária, consoante necessário, os meios informáticos necessários à execução do contrato, bem como toda a documentação de suporte à prestação de serviço.

4. Para efeitos da componente 3, a prestação de serviços tem lugar, em regra, nas instalações do PO ISE, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86, em Lisboa, ou outro a acordar pelas partes, sendo fornecidos pela Entidade Adjudicatária todos os meios informáticos necessários à execução do contrato.

5. A prestação de serviços não cessa caso o local indicado no número anterior venha a ser alterado por força de eventual mudança das instalações do PO ISE.

6. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 devem ser realizadas reuniões mensais tendo em vista o acompanhamento dos trabalhos.

Cláusula 19.ª

Mora do Adjudicatário

1. Há mora da Entidade Adjudicatária quanto às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do caderno de encargos ou nos casos de o mesmo ser fixado pela Entidade Adjudicante, decorrido que seja o prazo aplicável ao respetivo cumprimento sem que a Entidade Adjudicatária cumpra a obrigação a que está adstrito.

2. As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte da Entidade adjudicatária têm, respetivamente, as consequências previstas nas cláusulas 20.ª e 21.ª.

3. Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no n.º 6 da Cláusula 20.ª, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

4. Não se aplica o disposto nos n.ºs 1 e 2 quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Adjudicante.

Cláusula 20.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, pode ser exigida à entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos:

a) No caso de atraso na conclusão da prestação de serviços contratada, que impossibilite a emissão da Declaração de Aceitação pela Autoridade de Gestão do PO ISE nos termos previstos na cláusula 15.ª, bem como de violação dos prazos estabelecidos nos nºs 2 e 4 da cláusula 15.ª, por razões imputáveis ao Adjudicatário:

P = V x A/100

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados.

b) Pelo incumprimento superior a dois dias da obrigação prevista no n.º 6 da cláusula 13.ª, por razões imputáveis ao Adjudicatário:

P = V x A/100

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso.

2. As penalidades previstas no número anterior são cumulativas, assumindo a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à Entidade Adjudicatária.

3. A Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

4. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

5. A decisão de aplicação de penalidades é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos.

6. As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

7. Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

Cláusula 21.ª

Resolução contratual

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das obrigações enunciadas nas cláusulas 14.ª e 15.ª do presente caderno de encargos;

b) Se for alcançado o valor máximo de penalidades nos termos do número 7 da Cláusula 20.ª;

c) Se a Entidade Adjudicatária incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;

d) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;

e) Perda pela Entidade Adjudicatária do registo de marca ou da licença de comercialização;

f) No caso de a Entidade Adjudicatária prestar falsas declarações;

g) Se a Entidade Adjudicatária ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;

h) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis.

2. Para efeitos do disposto na alínea h) do número anterior e sem prejuízo do disposto no n.º 1 da Cláusula 23.ª, a Entidade Adjudicatária deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações decorrentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

3. Nas situações previstas nas alíneas a), f) e h) do n.º 1, a Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para o Adjudicatário se pronunciar.

4. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.

5. A decisão de resolução do contrato é notificada a Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.

6. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

Cláusula 22.ª

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, nos termos gerais de direito.
2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 23.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 24.ª

Despesas

Correm por conta da Entidade Adjudicatária todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 25ª

Alterações ao contrato

As alterações ao contrato apenas são válidas se reduzidas a escrito e se assinadas pela Entidade Adjudicante e Entidade Adjudicatária.